



BANCO CENTRAL DO BRASIL
Concurso Público para provimento de cargo de
Procurador do Banco Central do Brasil

Caderno de Prova, Cargo A01, Tipo 001
000000000000000000
00001-001-001

Nº de Inscrição
MODELO

Prova
2 - Comunicação e Expressão
4 - Conhecimentos Específicos I I

INSTRUÇÕES

- Verifique se este caderno contém 20 questões de Língua Portuguesa e 75 de Conhecimentos Específicos, numeradas de 1 a 95.
Caso contrário, reclame ao fiscal da sala um outro caderno.
Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Você deve ler cuidadosamente cada uma das questões e escolher a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE:

- procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas primeiro a lápis e depois cubra com caneta esferográfica de tinta preta.
- Marque apenas uma letra para cada questão, mais de uma letra assinalada implicará anulação dessa questão.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer espécie de consulta.
- Você terá 4 horas e 30 minutos para responder a todas as questões e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, entregue este caderno ao aplicador, juntamente com sua Folha de Respostas.
- Proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.

FUNDAÇÃO CARLOS CHAGAS
Janeiro/2006

010302

LÍNGUA PORTUGUESA

Atenção: As questões de números 1 a 4 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Acelerou-se, em outubro, o ritmo dos empréstimos, em especial os contratados pelo setor privado, mas menos do que no mesmo período do ano passado. Entre setembro e outubro de 2004, os saldos totais dos empréstimos com recursos livres e direcionados, para financiar vendas de fim de ano, cresceram mais de R\$ 12 bilhões. No mesmo período deste ano o valor foi de R\$ 9 bilhões, o que é pouco em face da sazonalidade, embora mais do que os R\$ 6 bilhões do bimestre anterior.

O crédito total atingiu 30% do Produto Interno Bruto (PIB), crescimento superior ao de setembro e outubro do ano passado. Trata-se do percentual mais elevado do período recente, mas inferior à média mundial.

Na nota sobre Política Monetária e Operações de Crédito, distribuída pelo BC, as autoridades reconhecem que a expansão observada até agora na oferta de crédito não é condizente com as necessidades do último trimestre do ano. É um fator a mais a favor da conveniência de se acelerar a política de redução dos juros.

(Adaptado de **O Estado de S. Paulo**, Economia B2, 27 de novembro de 2005)

1. Resume-se o sentido principal do texto da seguinte maneira:

- (A) Crédito contratado pelo setor privado.
- (B) Efeitos da atual política de redução de juros.
- (C) Expansão insatisfatória do crédito.
- (D) Recursos direcionados para crédito.
- (E) Crescimento sazonal do crédito.

2. Tendo em vista o contexto, é correto afirmar que se emite uma opinião na

- (A) constatação de que o crédito total atingiu 30% do Produto Interno Bruto.
- (B) defesa da conveniência de reduzir os juros cobrados dos tomadores.
- (C) informação sobre a disponibilidade de crédito para financiar vendas de final de ano.
- (D) censura, ainda que sutil, ao fato de ter o setor privado sobrepujado o público.
- (E) verificação de que a média mundial é superior ao percentual brasileiro.

3. Traduz-se corretamente o sentido do 1º parágrafo do texto em:

- (A) O valor de empréstimos entre setembro e outubro de 2005 supera o do bimestre anterior, mas é menor em relação ao do mesmo período do ano passado.
- (B) Tomando-se como base de comparação o valor de empréstimos nos períodos correspondentes em 2004 e 2005, há um pequeno aumento no momento atual.
- (C) Vendas de final de ano, caracterizadas por sazonalidade, estão sujeitas a liberação de empréstimos que superam, neste ano, os valores referentes aos do ano passado.
- (D) O setor privado tem garantido a liberação de recursos direcionados às vendas de fim de ano, bem superiores aos valores disponíveis na mesma época, em 2004.
- (E) Empréstimos deste final de ano, referentes a setembro e outubro, parecem ainda pouco expressivos, mantendo-se em queda constante desde o bimestre anterior.

4. É um fator a mais a favor da conveniência de se acelerar a política de redução dos juros. (última frase)

Considere as alterações feitas em relação ao segmento grifado acima:

- I. Substituindo-se *a política de redução dos juros* por **os empréstimos**, a frase passaria a ser **de se acelerarem os empréstimos**.
- II. É possível transcrever a frase, com o mesmo sentido original, como **É um fator a mais a favor da conveniência da aceleração da política de redução dos juros**.
- III. A oração grifada tem função sintática de **complemento nominal**, considerando-se a estrutura do período.

Está correto o que se afirma em

- (A) I, somente.
- (B) III, somente.
- (C) I e II, somente.
- (D) II e III, somente.
- (E) I, II e III.

Atenção: As questões de números 5 a 10 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

A marcha ainda é lenta, mas o caminho para a renda mista insinua-se promissor. Analistas atestam o esforço dos investidores em ser menos acanhados e até sua disposição incipiente para considerar alguns riscos em troca de embolsar ganhos mais vultosos. O ambiente, por sua vez, tem se mostrado cada vez mais propício a uma passagem gradual.

Com a expectativa no mercado de que a elevação da taxa Selic seja interrompida pelo Banco Central e de que a reversão da trajetória ocorra este ano, a remuneração dos fundos de renda fixa – que, historicamente, detêm a preferência nacional – tende a se tornar menos atraente.

Ao mesmo tempo, especialistas sabem que a plena inclinação à renda variável continua restrita, pois o poupador brasileiro é carente de atrevimento. Daí se presume que a renda mista possa seguir na conquista de mais adesões.

(Adaptado de **Estadão Investimentos**, abril 2005, p. 42)

5. O primeiro período do texto aparece reescrito, com lógica e correção, SEM alteração do sentido original, em:

- (A) A timidez dos investidores prometem um caminho lento, enquanto seguro, para obtenção de renda mista.
- (B) Investidores sentem-se acanhados de disputar ganhos mais vultosos, se isso depende o caminho da renda mista.
- (C) Renda mista é uma forma de investimentos que está sendo mais vultoso em seus ganhos para o ambiente dos investidores.
- (D) Investimentos em renda mista prometem bons resultados, embora seu crescimento ocorra de forma ainda bastante tímida.
- (E) Caminhar para renda mista é o que os investimentos parecem sinalizarem na marcha dos investidores, contudo acanhados.

6. O texto, por sua linguagem, apresenta-se

- (A) taxativo, na indicação de determinado tipo de investimentos, bastante rentáveis.
- (B) cuidadoso, ao detectar tendências de investimentos no mercado, passíveis de obtenção de bons lucros.
- (C) temeroso, no sentido de apontar os elevados riscos para alguns investidores em determinado tipo de investimentos.
- (D) crítico, na avaliação do comportamento de investidores que resistem a mudanças, necessárias no mercado.
- (E) atento às oscilações do mercado, alertando para as dificuldades pré-existentes em investimentos de alto risco.

7. – *que, historicamente, detêm a preferência nacional* – (2º parágrafo)

Considerando-se o contexto, os travessões

- (A) introduzem ressalva à afirmativa anterior.
- (B) assinalam citação exata de outro interlocutor.
- (C) estabelecem uma enumeração de fatos relevantes.
- (D) apontam um segmento intencionalmente ambíguo.
- (E) isolam um comentário opinativo, com função explicativa.

8. ... *pois o poupador brasileiro é carente de atrevimento.* (3º parágrafo)

O segmento grifado acima pode ser corretamente substituído, SEM alteração do sentido original, por

- (A) evita ousar.
- (B) precisa atrever-se.
- (C) amplia seus investimentos.
- (D) restringe seus lucros.
- (E) necessita de garantias.

9. Considere o período *Ao mesmo tempo, especialistas sabem que a plena inclinação à renda variável continua restrita, pois o poupador brasileiro é carente de atrevimento.*

Se o reformularmos, iniciando-o por *O poupador brasileiro é carente de atrevimento*, a seqüência será corretamente iniciada por

- (A) visto que.
- (B) portanto.
- (C) por isso.
- (D) uma vez que.
- (E) dado que.

10. Considerando-se as afirmativas abaixo, a respeito de aspectos lingüísticos constantes do texto, está correto o que se afirma em:

- (A) **a uma passagem gradual e na conquista de mais adesões** são complementos verbais de mesmo valor.
- (B) **incipiente** tem o mesmo significado da palavra análoga **insipiente**.
- (C) **detêm** é forma de plural, porque seu sujeito, *que*, tem como referente *fundos de renda fixa*.
- (D) *ganhos mais vultosos* – o adjetivo grifado admite a forma variante **vultuosos**.
- (E) A expressão *cada vez mais propício* pode ser substituída, com o mesmo sentido, por **sempre mais rentável**.

Atenção: As questões de números 11 a 14 baseiam-se no texto apresentado abaixo.

Nem só de problemas vive o campo. O agronegócio brasileiro desenvolveu um grau de diversificação que possibilita a coexistência de boas e más notícias. Enquanto estrelas de primeira grandeza como a soja vergam sob uma conjuntura desfavorável, produtos como o café e o açúcar atravessam um bom momento. No caso da cana-de-açúcar, a fase é gloriosa. A diminuição de barreiras ao açúcar na Europa e as cotações generosas empolgam os usineiros – e, apesar disso, eles se dão ao luxo de aumentar a produção de álcool em detrimento do açúcar.

A razão é a alta do petróleo, que torna o álcool um combustível atraente. No Brasil, mais da metade dos automóveis novos vendidos é bicombustível. No exterior, a demanda é forte, mas não ainda plenamente atendida. Para fazer frente à procura, a produção de cana é crescente e há meia centena de novas usinas projetadas ou em construção. Planeja-se praticamente dobrar a produção de álcool até 2009.

(Exame, 23 de novembro de 2005, p. 42)

11. – e, apesar disso, eles se dão ao luxo de aumentar a produção de álcool em detrimento do açúcar. (final do 1º parágrafo)

A frase acima aparece transcrita, com correção e lógica, mantendo-se o sentido original, da seguinte forma:

- (A) eles dão preferência com a produção de álcool do que à de açúcar.
- (B) é sinal de prestígio produzir mais álcool do que em vez de açúcar.
- (C) com o luxo de obterem-se menos açúcar do que com o aumento da produtividade do álcool.
- (D) produzir açúcar acaba dando mais lucros do que com a produção de álcool.
- (E) eles preferem produzir álcool em quantidade maior do que a de açúcar.

12. É correto afirmar que há uso de argumentação na frase:

- (A) ... que possibilita a coexistência de boas e más notícias.
- (B) ... produtos como o café e o açúcar atravessam um bom momento.
- (C) No caso da cana-de-açúcar, a fase é gloriosa.
- (D) No Brasil, mais da metade dos automóveis novos vendidos é bicombustível.
- (E) Para fazer frente à procura, a produção de cana é crescente ...

13. Há relação de causa e consequência, respectivamente, no segmento:

- (A) conjuntura desfavorável para a soja // bom momento para o café e o açúcar.
- (B) alta dos custos do petróleo // atração do uso do álcool como combustível.
- (C) diminuição de barreiras ao açúcar na Europa // cotações generosas para os usineiros.
- (D) demanda exterior forte // não atendimento à demanda por álcool.
- (E) novos automóveis com utilização de álcool e de gasolina // aumento da produção de álcool no Brasil.

14. ... e as cotações generosas empolgam os usineiros ... (1º parágrafo)

O verbo que exige o mesmo tipo de complemento que o do grifado acima está na frase:

- (A) *Nem só de problemas vive o campo.*
- (B) *Enquanto estrelas de primeira grandeza como a soja vergam sob uma conjuntura desfavorável ...*
- (C) *A razão é a alta do petróleo ...*
- (D) *... e há meia centena de novas usinas projetadas ...*
- (E) *... que torna o álcool um combustível atraente.*

Atenção: As questões de números 15 a 18 baseiam-se no texto apresentado a seguir.

... Virgília cingiu-me com seus magníficos braços, murmurando:

– Amo-te, é a vontade do céu.

E esta palavra não vinha à toa; Virgília era um pouco religiosa. Não ouvia missa aos domingos, é verdade, e creio até que só ia às igrejas em dia de festa, e quando havia lugar vago em alguma tribuna. Mas rezava todas as noites, com fervor, ou, pelo menos, com sono.

(Machado de Assis. *Memórias póstumas de Brás Cubas*. Obra completa. Org. A. Coutinho. Volume I. Rio de Janeiro: Aguilar, 1959, p. 474)

15. O e inicial em *E esta palavra não vinha à toa* tem a função de

- (A) ligar à fala de Virgília a oração que inicia.
- (B) subordinar todo o parágrafo que o segue ao texto que o antecede.
- (C) coordenar *esta palavra não vinha à toa* a *amo-te*.
- (D) avolumar o período, sem que assuma função em sua organização sintática.
- (E) introduzir uma noção de oposição entre o parágrafo seguinte e o antecedente.

16. São elementos interferentes na estrutura das orações em que, respectivamente, se inserem, sem que nela exerçam função sintática, propriamente,
- (A) um pouco - até.
 - (B) com fervor - com sono.
 - (C) é verdade - pelo menos.
 - (D) até - só.
 - (E) à toa - com sono.

Atenção: Considere o segmento transcrito abaixo para responder às questões de números 17 e 18.

... e creio até que só ia às igrejas em dia de festa, e quando havia lugar vago em alguma tribuna.

17. O e sublinhado no segmento acima
- (A) marca uma oposição entre *dias de festa* e *lugar vago em alguma tribuna*.
 - (B) tem a função de acentuar a oposição entre *igrejas* e *festa*.
 - (C) é preposição que marca direção.
 - (D) é advérbio, com o sentido de *mesmo, ainda, inclusive*.
 - (E) coordena dois termos de idêntica função sintática na oração, ainda que sob estruturas diferentes.

18. Até, tendo em vista seu emprego nesse segmento, classifica-se como
- (A) preposição acidental.
 - (B) conjunção subordinativa temporal.
 - (C) palavra denotativa de inclusão.
 - (D) advérbio de tempo.
 - (E) palavra denotativa de realce.

19. I. Perdeu-se a fórmula da receita do sucesso.
 II. Não se repetiu o sucesso.
 III. É verdade.
- As orações acima estão corretamente organizadas em um só período, composto por subordinação, em
- (A) A fórmula da receita do sucesso perdeu-se e ele não se repetiu, onde isso é verdade.
 - (B) É verdade que não se repetiu o sucesso cuja a fórmula da receita se perdeu.
 - (C) O sucesso, perdeu-se a fórmula, e é verdade que ele não se repetiu.
 - (D) É verdade que não se repetiu o sucesso, de cuja receita se perdeu a fórmula.
 - (E) A receita, a fórmula do sucesso se perdeu e, é verdade, não se repetiu.

20. Para responder a esta questão, considere os parágrafos que seguem.

- I. *Essa situação prevaleceu ao menos durante os primeiros tempos da colônia.*
- II. *Vinte e sete anos mais tarde renova-se essa proibição, que só com a Restauração seria parcialmente revogada, em favor de ingleses e holandeses.*
- III. *Com tudo isso, a administração portuguesa parece, em alguns pontos, relativamente mais liberal do que a das possessões espanholas. Assim é que, ao contrário do que sucedia nessas, foi admitida aqui a livre entrada de estrangeiros que se dispusessem a vir trabalhar. Inúmeros foram os espanhóis, italianos, flamengos, ingleses, irlandeses, alemães que para cá vieram, aproveitando-se dessa tolerância.*
- IV. *Só mudou em 1600, quando Felipe II ordenou fossem terminantemente excluídos todos os estrangeiros do Brasil. Proibiu-se então seu emprego como administradores de propriedades agrícolas, determinou-se fosse realizado o recenseamento de seu número, domicílio e cabedais, e em certos lugares – como em Pernambuco – deu-se-lhes ordem de embarque para os seus países de origem.*
- V. *Aos estrangeiros era permitido, além disso, percorrerem as costas brasileiras na qualidade de mercadores, desde que se obrigassem a pagar dez por cento do valor de suas mercadorias, como imposto de importação, e desde que não traficassem com os indígenas.*

Os parágrafos acima constituem um texto organizado, extraído do livro **Raízes do Brasil**, de Sérgio Buarque de Holanda (São Paulo: José Olympio, 1948, p. 153-4) cujos parágrafos foram transcritos de forma aleatória. A seqüência que reproduz a ordem original, garantindo clareza e coesão, é:

- (A) III, V, I, IV, II.
- (B) III, II, I, V, IV.
- (C) I, III, V, II, IV.
- (D) IV, V, I, III, II.
- (E) IV, I, V, II, III.

DIREITO CIVIL

21. No direito brasileiro, a repristinação da lei se regula pela seguinte regra:
- (A) a lei nova que estabelecer disposição geral revoga a lei especial já existente.
 - (B) a vigência das leis, que os governos estaduais elaboram por autorização do Governo Federal, depende da aprovação deste e começará no prazo que a legislação fixar.
 - (C) a lei posterior só revoga a anterior se expressamente o declarar ou se com esta for incompatível.
 - (D) a lei revogada só se restaura se o seu texto for nova e integralmente publicado.
 - (E) salvo disposição em contrário, a lei revogada não se restaura por ter a lei revogadora perdido a vigência.

22. Considere o disposto no artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal e o artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, abaixo transcritos e assinale a alternativa correta.

Art. 5º Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes:

.....
 XXXVI – a lei não prejudicará o direito adquirido, o ato jurídico perfeito e a coisa julgada;

Art. 6º A Lei em vigor terá efeito imediato e geral, respeitados o ato jurídico perfeito, o direito adquirido e a coisa julgada. (Redação dada pela Lei nº 3.238, de 1º.8.1957)

- (A) O efeito imediato da lei nova significa que os negócios jurídicos praticados com base na lei antiga devem ser ratificados, sob pena de não valer à face do artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal.
- (B) A Constituição Federal de 1988 não recepcionou a primeira parte do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, que prescreve o efeito imediato da lei.
- (C) O efeito imediato da lei nova significa que ela atinge as partes posteriores dos fatos pendentes e não é incompatível com a regra constitucional que preserva o direito adquirido dos efeitos da lei nova.
- (D) O artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil é contraditório e por isto se auto-revogou.
- (E) O artigo 5º, XXXVI, da Constituição Federal revogou tacitamente a primeira parte do artigo 6º da Lei de Introdução ao Código Civil, não mais se admitindo o efeito imediato da lei nova.

23. A respeito da prescrição e da decadência considere as afirmações:

- I. As causas que determinam a interrupção e a suspensão do curso do prazo prescricional também determinam a interrupção e a suspensão do prazo decadencial.
- II. O Juiz pode suprir, de ofício, a falta de alegação da prescrição se favorecer a pessoa absolutamente incapaz e deve, de ofício, conhecer da decadência, quando estabelecida em lei.
- III. A exceção não está sujeita a prazo prescricional.
- IV. Contra os absolutamente incapazes não corre prazo decadencial.
- V. Quando a ação indenizatória se originar de fato que deve ser apurado no juízo criminal, não ocorrerá a prescrição antes da respectiva sentença definitiva.

É correto o que se afirma em

- (A) I, II e III.
- (B) II, IV e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) III, IV e V.
- (E) I, III e IV.

24. São pessoas jurídicas de direito público interno

- (A) as fundações e associações.
- (B) somente a União, os Estados, os Municípios e o Distrito Federal.
- (C) as empresas públicas e as sociedades de economia mista.
- (D) as autarquias e associações públicas.
- (E) os partidos políticos e as autarquias.

25. A existência da pessoa natural termina com a morte,

- (A) a qual pode ser declarada, pelo Juiz, sem decretação de ausência, se for extremamente provável a morte de quem estava em perigo de vida.
- (B) presumindo-se a morte quanto aos ausentes, desde que aberta sua sucessão provisória.
- (C) a qual nunca pode ser presumida.
- (D) e o ausente será presumido morto somente depois de contar oitenta (80) anos de idade e de cinco anos antes forem suas últimas notícias.
- (E) e o ausente será presumido morto somente depois de passados dez (10) anos do pedido de sucessão definitiva.

26. São relativamente incapazes

- (A) os que, por enfermidade ou deficiência mental não tiverem o necessário discernimento para a prática dos atos da vida civil.
- (B) os maiores de 18 (dezoito) e menores de 21 (vinte e um) anos.
- (C) os ébrios habituais e os viciados em tóxicos que tenham o discernimento reduzido.
- (D) os que, por causa transitória, não puderam exprimir sua vontade.
- (E) os menores de 16 (dezesesseis) anos.

<p>27. Considera-se domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão,</p> <p>(A) somente o lugar em que a pessoa natural estabelecer a sua residência com ânimo definitivo.</p> <p>(B) o lugar onde esta é exercida, e se exercitar a profissão em lugares diversos, cada um deles constituirá domicílio para as relações que lhe corresponderem.</p> <p>(C) o lugar em que for encontrada em dia útil.</p> <p>(D) somente um único lugar onde esta é exercida em caráter permanente e principal, desconsiderando-se qualquer outra localidade onde também a exerça, ainda que com habitualidade.</p> <p>(E) apenas o lugar para o qual estiver inscrita em caráter permanente no órgão de classe correspondente, independentemente de exercê-la com habitualidade em outro local.</p>	<p>30. Toda construção existente em um terreno presume-se feita pelo proprietário e à sua custa, até que se prove o contrário, porém</p> <p>(A) o dono do terreno, para se tornar proprietário da construção levantada por outrem de boa-fé, terá de pagar metade do valor da construção, exceto se o construtor quiser ficar com o terreno, pagando o décuplo do valor deste.</p> <p>(B) pagando em dobro as perdas e danos, aquele que, construindo em terreno próprio invadir terreno alheio, mesmo que de má-fé, adquire a propriedade da parte do solo que invadiu, se em proporção à vigésima parte deste e o valor da construção exceder consideravelmente o dessa parte e não se puder demolir a porção invasora sem grave prejuízo para a construção.</p> <p>(C) quem constrói em terreno alheio sempre adquirirá a propriedade do solo, pagando o preço do terreno.</p> <p>(D) o que constrói em terreno alheio de boa-fé ou de má-fé, sempre será obrigado a demolir a construção, se o dono do terreno exigir.</p> <p>(E) se a construção, feita parcialmente em solo próprio, invade solo alheio em proporção não superior à vigésima parte deste, adquire o construtor de boa-fé a propriedade da parte do solo invadido, se o valor da construção exceder o dessa parte, e responde por indenização que represente, também, o valor da área perdida e a desvalorização da área remanescente.</p>
<p>28. O devedor somente pode compensar com o credor o que este lhe dever, entretanto</p> <p>(A) o fiador pode compensar sua dívida com a de seu credor ao afiançado.</p> <p>(B) a diferença de causa nas dívidas sempre impede a compensação.</p> <p>(C) a dívida proveniente de alimentos pode compensar-se apenas com as provenientes também de alimentos ou de depósito, porque somente nestes casos se admite a prisão civil.</p> <p>(D) obrigando-se por terceiro uma pessoa, pode compensar essa dívida com a que o credor dele lhe dever.</p> <p>(E) sendo a mesma pessoa obrigada por várias dívidas compensáveis não se pode, no compensá-las, observar as regras estabelecidas quanto à imputação do pagamento.</p>	<p>31. Podem ser objeto de hipoteca</p> <p>(A) os navios e as aeronaves.</p> <p>(B) os imóveis por natureza e os títulos de crédito.</p> <p>(C) os bens móveis e as estradas de ferro.</p> <p>(D) somente os imóveis por natureza.</p> <p>(E) somente as coisas móveis que a lei considera imóveis.</p>
<p>29. Considere as afirmações:</p> <p>I. A validade do instrumento particular feito e assinado, ou somente assinado por quem esteja na livre disposição e administração de seus bens depende da assinatura também de duas testemunhas.</p> <p>II. Pode ser testemunha o menor com mais de dezesesseis (16) anos.</p> <p>III. As presunções, que não as legais, são admissíveis nos casos em que a lei exclui a prova testemunhal.</p> <p>IV. Aquele que se nega a submeter-se a exame médico necessário tem contra si a presunção absoluta de veracidade do fato que se pretenda obter com o exame.</p> <p>V. Os livros e fichas dos empresários provam contra as pessoas a que pertencem, e, em seu favor, quando escriturados vício extrínseco ou intrínseco, forem confirmados por outros subsídios.</p> <p>São corretas</p> <p>(A) I e III.</p> <p>(B) I e V.</p> <p>(C) II e IV.</p> <p>(D) II e V.</p> <p>(E) III e IV.</p>	<p>32. O bem de família pode consistir</p> <p>(A) somente de prédio urbano, destinado à residência da família.</p> <p>(B) de prédio residencial urbano ou rural, com suas pertencas e acessórios, destinando-se em ambos os casos a domicílio familiar, e poderá abranger valores mobiliários, cuja renda será aplicada na conservação do imóvel e no sustento da família.</p> <p>(C) somente de prédio urbano destinado à residência da família ou de pequena propriedade rural explorada pela família.</p> <p>(D) de aplicações financeiras destinadas ao sustento da família, sem limitação de valores.</p> <p>(E) apenas do imóvel de menor valor, quando o instituidor tiver mais de um, mesmo que a instituição se dê por escritura pública registrada no serviço de Registro de Imóveis.</p>

33. Sobre o mandato aplicam-se as seguintes regras:

- I. Quando o mandato contiver a cláusula de irrevogabilidade e o mandante o revogar, pagará perdas e danos.
- II. Sendo o mandato irrevogável, não produzirá efeito sua revogação, em nenhuma hipótese, quer em relação a terceiros, quer em relação ao mandatário.
- III. Quando a cláusula de irrevogabilidade for condição de um negócio bilateral, ou tiver sido estipulada no exclusivo interesse do mandatário, a revogação do mandato será ineficaz.
- IV. O mandato se presume oneroso, salvo cláusula especial que estabeleça sua gratuidade.
- V. Conferido o mandato com a cláusula "em causa própria", a sua revogação não terá eficácia, nem se extinguirá pela morte de qualquer das partes, ficando o mandatário dispensado de prestar contas, e podendo transferir para si os bens móveis ou imóveis objeto do mandato, obedecidas as formalidades legais.

São corretas

- (A) I, II e III.
- (B) I, II e IV.
- (C) I, III e V.
- (D) II, III e IV.
- (E) III, IV e V.

34. Sobre o depósito considere as seguintes afirmações:

- I. O contrato de depósito é oneroso, exceto se houver convenção em sentido contrário.
- II. O depósito necessário não se presume gratuito.
- III. O depósito miserável não se inclui na classificação de depósito necessário.
- IV. O contrato de depósito só poder ter por objeto coisa móvel.
- V. O depósito voluntário provar-se-á por escrito.

São corretas

- (A) I, II e III.
- (B) I, III e V.
- (C) II, III e IV.
- (D) II, IV e V.
- (E) III, IV e V.

35. O contrato de fiança

- (A) estabelece solidariedade legal do fiador e do afiançado pelo pagamento ao credor.
- (B) admite prova exclusivamente testemunhal se for de valor inferior a dez (10) salários mínimos.
- (C) não admite renúncia ao benefício de ordem.
- (D) não admite que, existindo vários fiadores, cada um fixe a parte da dívida que toma sob sua responsabilidade.
- (E) pode ser estipulado sem consentimento do devedor ou contra sua vontade.

DIREITO COMERCIAL

36. Pessoa incapaz pode ser empresária individual

- (A) se autorizada judicialmente a continuar a exploração de estabelecimento recebido por ela em herança.
- (B) se for maior de 14 (quatorze) anos e possuir estabelecimento com economia própria.
- (C) na qualidade de sócia de sociedade de responsabilidade limitada, desde que não possua poderes de administração.
- (D) como acionista, sem direito de voto, de sociedade anônima.
- (E) em qualquer hipótese, desde que devidamente representada na forma da lei.

37. O capital da Companhia Brasileira de Tecidos (CBT) é dividido igualmente em ações ordinárias e ações preferenciais sem direito de voto. O estatuto prevê a existência de Conselho Fiscal, mas seu funcionamento não é permanente. Por sua vez, Caio é acionista, titular de ações representativas de 5% (cinco por cento) do capital da CBT, todas elas ordinárias, e deseja que a companhia instale o Conselho Fiscal. Para atingir esse intento, Caio poderá

- (A) convocar a Assembléia Geral para a instalação do Conselho Fiscal, em nome próprio e sem formalidades prévias, quando então será feita a eleição dos membros desse órgão.
- (B) propor a instalação do Conselho Fiscal em qualquer Assembléia Geral da qual participe, ainda que o assunto não conste da ordem do dia.
- (C) requerer aos administradores, necessariamente em conjunto com outros acionistas que representem ao menos 5% (cinco por cento) do capital, a convocação de Assembléia Geral para deliberar sobre o assunto.
- (D) requerer aos administradores que convoquem a Assembléia Geral para tanto, a qual, se instalada, ensinará a imediata tomada dessa providência, sem necessidade de requerimento dos acionistas presentes.
- (E) requerer aos administradores a instalação do Conselho Fiscal, competindo a estes deliberar pela instalação, ouvido o Conselho de Administração, se existente.

38. A sociedade cooperativa de crédito tem natureza

- (A) empresária, registra-se na Junta Comercial e independe de autorização do BACEN.
- (B) empresária, registra-se na Junta Comercial e depende de autorização do BACEN.
- (C) simples, registra-se na Junta Comercial e depende de autorização do BACEN.
- (D) simples, registra-se no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e depende de autorização do BACEN.
- (E) empresária, registra-se no Registro Civil das Pessoas Jurídicas e independe de autorização do BACEN.

39. A sociedade anônima de capital aberto denominada “Companhia de Tecidos Sigma” tem seu capital integralmente dividido em ações preferenciais das classes “A”, “B” e “C”, conforme a seguinte tabela:

Classe	% do capital	Direito de voto?	Preferências outorgadas
A	50	Sim	Prioridade no reembolso do capital
B	25	Não	Dividendo mínimo de R\$ 0,05 por ação
C	25	Não	Dividendo mínimo de R\$ 0,01 por ação e direito de serem incluídas em oferta de alienação de controle nas mesmas condições das ações classe “A”

Dada esta situação,

- (A) a distribuição do capital é inconsistente com o que prevê a legislação societária aplicável.
- (B) a sociedade não poderia negociar suas ações em mercado de valores mobiliários.
- (C) podem ser admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários apenas as ações classe “A”.
- (D) podem ser admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários apenas as ações classes “A” e “B”.
- (E) podem ser admitidas à negociação no mercado de valores mobiliários apenas as ações classes “A” e “C”.

40. É imprescindível que a requisição de dados e informações sigilosos, detidos por instituições financeiras ou entidades a elas equiparadas, seja realizada por intermédio de autoridade judiciária quando

- (A) requerida pelo Ministério Público da União, no curso da averiguação de ilícito civil ou penal contra o Sistema Financeiro Nacional.
- (B) proveniente de decisão plenária de comissão parlamentar de inquérito, para comprovação de fato compreendido em seu objeto.
- (C) solicitada pelo Banco Central do Brasil, no exercício de seu poder de fiscalização e na apuração de infrações praticadas por administradores da instituição financeira.
- (D) requisitada por comissão processante de órgão da Administração Pública, para a instrução de processo administrativo disciplinar contra servidor.
- (E) relativas às operações realizadas pelos seus correntistas ou usuários de seus serviços.

41. O art. 195, I, da Constituição estabelece que a seguridade social será custeada por contribuições sociais “do empregador, da empresa e da entidade a ela equiparada na forma da lei”. De acordo com a terminologia empregada pelo Código Civil, a palavra “empresa”, no texto constitucional, está usada de modo

- (A) correto.
- (B) incorreto, devendo ser substituída por “empresário”.
- (C) incorreto, devendo ser substituída por “pessoa jurídica”.
- (D) incorreto, devendo ser substituída por “atividade”.
- (E) incorreto, devendo ser substituída por “estabelecimento”.

42. A sociedade anônima denominada “Y S.A.” deliberou, em assembléia geral, iniciar o procedimento de liquidação ordinária, com a nomeação de Edberto para o papel de liquidante. Edberto liquidou o ativo, quitou todas as obrigações e apurou um acervo líquido de R\$ 100.000,00 (cem mil reais), dividido igualmente entre os dois acionistas, Caio e Tício. Nesse procedimento, Edberto tomou todas as cautelas exigíveis e observou rigorosamente os deveres legais a ele impostos. Contudo, passados seis meses do encerramento da liquidação, Filomeno procurou Edberto para receber dívida de R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais), lastreada em título de crédito de emissão da sociedade. A dívida poderá ser cobrada

- (A) de Edberto, apenas.
- (B) de Caio e Tício, solidariamente, até o valor de R\$ 60.000,00
- (C) de Caio e Tício, individualmente, até o valor de R\$ 30.000,00 cada um.
- (D) de Caio e Tício, individualmente, até o valor de R\$ 50.000,00 cada um.
- (E) de Edberto, Caio ou Tício, solidariamente, até o valor de R\$ 60.000,00.

43. A sociedade “Topa-tudo Transportes de Máquinas Ltda.” adquiriu veículos para o exercício de sua atividade, garantidos por alienação fiduciária. Dez dias depois, teve sua falência decretada. O credor, nesse caso, poderá

- (A) efetuar o pedido de restituição dos veículos.
- (B) requerer a prisão civil do responsável legal da devedora.
- (C) mover ação de busca e apreensão dos veículos.
- (D) mover ação de reintegração de posse dos veículos.
- (E) executar o saldo devedor do contrato de alienação fiduciária.

44. Nas deliberações das Assembléias Gerais Extraordinárias das Sociedades Anônimas

- (A) cada acionista tem direito a um voto, independentemente do número e do tipo de ações de que seja titular, tendo em vista a natureza das matérias que são votadas nesta espécie de assembléia, em que se discutem questões de interesse comum de todos os acionistas e que não estão ligadas à administração ordinária da companhia.
- (B) o acionista que houver dado em penhor as suas ações, para garantia de dívida contraída junto a terceiros estranhos ao quadro societário, não poderá, em nenhuma hipótese, exercer o direito de voto relativo a essas ações.
- (C) os acionistas titulares de ações preferenciais com restrição no direito a voto poderão participar e votar qualquer matéria irrestritamente, caso a companhia, pelo prazo previsto no estatuto, não superior a 3 exercícios consecutivos, tenha deixado de distribuir os dividendos fixos ou mínimos a que fariam jus esses acionistas.
- (D) o credor garantido por alienação fiduciária de ações poderá exercer o direito de voto relativo às ações que lhe forem dadas em garantia, enquanto não for satisfeito o seu crédito.
- (E) o direito de voto da ação gravada com usufruto deverá ser exercido necessariamente pelo usufrutuário, sendo vedada qualquer estipulação em sentido contrário entre o nu-proprietário e o usufrutuário.

<p>45. A decretação de intervenção em instituição financeira NÃO tem como consequência a</p> <p>(A) inexigibilidade dos depósitos já existentes à data de sua decretação.</p> <p>(B) suspensão de exigibilidade das obrigações vencidas.</p> <p>(C) suspensão da fluência do prazo das obrigações vincendas anteriormente contraídas.</p> <p>(D) necessidade de prévia e expressa autorização do Banco Central do Brasil para a alienação do patrimônio da instituição.</p> <p>(E) suspensão das ações de conhecimento em que a instituição seja demandada por quantia ilíquida.</p>	<p>48. Em relação ao endosso de cheques é correto afirmar que</p> <p>(A) é considerada não escrita a cláusula lançada no título que exima o endossante da co-responsabilidade pelo seu pagamento.</p> <p>(B) é nulo o endosso parcial do direito de crédito nele mencionado.</p> <p>(C) o endosso posterior ao respectivo prazo de apresentação não produz qualquer efeito jurídico de transmissão do crédito.</p> <p>(D) o endossatário tem ação executiva contra o endossante, independentemente do protesto ou da apresentação do título ao banco sacado.</p> <p>(E) o banco sacado tem o dever legal de verificar a autenticidade das assinaturas de todos os endossantes, mas não a regularidade da cadeia de endossos.</p>
<p>46. Em relação às operações de reorganização societária é correto afirmar que</p> <p>(A) após a transformação da sociedade de um tipo societário em outro os credores da sociedade transformada perdem as garantias próprias do tipo societário anterior.</p> <p>(B) as operações de incorporação, fusão e cisão somente podem ser operadas entre sociedades de tipos iguais e devem ser aprovadas pelas respectivas diretorias.</p> <p>(C) os acionistas de sociedade incorporadora que não concordarem com a incorporação terão direito de retirar-se da sociedade exigindo o reembolso do valor de suas ações.</p> <p>(D) a incorporação, fusão ou cisão de companhia emissora de debêntures em circulação dependerá da prévia aprovação da assembleia de debenturistas ou, alternativamente, da conferência aos debenturistas da opção de resgate de suas debêntures.</p> <p>(E) na cisão parcial, o protocolo poderá estipular que não haverá solidariedade entre a sociedade cindida e a sociedade receptora de seu patrimônio, em relação às obrigações anteriores à operação, sem qualquer possibilidade de oposição dos credores, ressalvado apenas os direitos dos credores fiscais e trabalhistas.</p>	<p>49. Na hipótese de liquidação extrajudicial de instituição financeira, a indisponibilidade de bens</p> <p>(A) atinge apenas os bens dos membros da diretoria da instituição.</p> <p>(B) impede a alienação do controle acionário da instituição.</p> <p>(C) pode atingir também as pessoas, naturais ou jurídicas, que detenham o controle da instituição.</p> <p>(D) impede que a instituição seja submetida a processo de reorganização empresarial.</p> <p>(E) atinge inclusive os bens que seriam considerados impenhoráveis em um processo de execução comum.</p>
<p>47. Após a concessão da recuperação judicial pelo juiz competente, caso o devedor deixe de cumprir as obrigações previstas no plano de reestruturação das dívidas,</p> <p>(A) os credores prejudicados poderão demandar a cobrança dos respectivos créditos de acordo com as condições previstas no plano, sem possibilidade de requerer a falência do devedor.</p> <p>(B) os credores prejudicados poderão demandar a cobrança dos respectivos créditos de acordo com as condições e garantias originalmente contratadas, se o descumprimento ocorrer 2 (dois) anos após a concessão da recuperação judicial.</p> <p>(C) o juiz poderá convocar a recuperação judicial em falência, mediante prévia aprovação da Assembleia de Credores, na qual não votarão os credores porventura já satisfeitos.</p> <p>(D) o juiz poderá convocar a recuperação judicial em falência, se o descumprimento do plano ocorrer mais de 2 (dois) anos após a concessão de recuperação judicial, sendo certo que todos os credores terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas.</p> <p>(E) o juiz poderá convocar a recuperação judicial em falência, se o descumprimento ocorrer nos 2 (dois) anos seguintes à concessão da recuperação, sendo certo que, nessa hipótese, os credores prejudicados terão reconstituídos seus direitos e garantias nas condições originalmente contratadas.</p>	<p>50. Na operação de financiamento da atividade industrial efetuada através de cédula de crédito industrial,</p> <p>(A) o tomador do crédito deverá aplicar o valor do financiamento na atividade industrial descrita no contrato, sujeitando-se à fiscalização pela própria instituição financeira concedente do financiamento quanto ao adequado emprego da quantia financiada.</p> <p>(B) a cédula deverá ser registrada no cartório de registro de títulos e documentos do local da sede da tomadora para que tenha validade contra terceiros.</p> <p>(C) o tomador deve ser necessariamente pessoa jurídica, sociedade anônima ou por quotas de responsabilidade limitada, dedicada à atividade industrial considerada essencial para o desenvolvimento da região em que se situa.</p> <p>(D) a taxa dos juros remuneratórios é limitada a 12% (doze por cento) ao ano, sem possibilidade de capitalização.</p> <p>(E) o banco concedente do financiamento não poderá exigir garantias reais, tendo em vista os benefícios processuais que já lhe são concedidos para a execução do crédito relativo a esse tipo de financiamento.</p>

DIREITO PENAL E PROCESSUAL PENAL

51. O resultado é prescindível para a consumação nos crimes

(A) materiais e de mera conduta.

(B) formais e materiais.

(C) formais e omissivos impróprios.

(D) omissivos próprios e materiais.

(E) de mera conduta e formais.

52. O erro sobre a ilicitude do fato

(A) reflete na culpabilidade, de modo a excluir a pena ou diminuí-la.

(B) exclui o dolo e a culpa.

(C) reflete na culpabilidade, sempre isentando de pena.

(D) extingue a punibilidade.

(E) exclui o dolo, mas permite a punção por crime culposos, se previsto em lei.

53. Excluem a ilicitude e a imputabilidade, respectivamente,

(A) a obediência hierárquica e a embriaguez acidental completa.

(B) a coação moral irresistível e a doença mental.

(C) a desistência voluntária e o desenvolvimento mental incompleto.

(D) o exercício regular de direito e a menoridade.

(E) o estrito cumprimento do dever legal e a emoção.

54. Os crimes culposos

(A) admitem tentativa.

(B) não dispensam a previsibilidade do resultado pelo agente.

(C) não admitem co-autoria.

(D) independem de expressa previsão legal.

(E) não admitem a substituição da pena privativa de liberdade por restritiva de direitos.

55. Nos crimes contra a ordem tributária,

(A) não cabe a chamada delação premiada.

(B) o sujeito ativo não pode ser funcionário público.

(C) a pena pecuniária deve ser fixada em dias-multa.

(D) a ação penal é pública ou privada.

(E) a pena de multa pode ser elevada até o triplo.

56. O ocupante de função de confiança em autarquia que dispensar licitação fora das hipóteses previstas em lei pratica

(A) crime punível com reclusão, devendo a pena ser acrescida da terça parte.

(B) crime punível com detenção, não sofrendo a pena qualquer acréscimo.

(C) apenas infração administrativa.

(D) crime punível com detenção, devendo a pena ser acrescida da terça parte.

(E) crime punível com reclusão, não sofrendo a pena qualquer acréscimo.

57. A conduta do funcionário público que, em razão da função exercida, exige, para si, vantagem indevida, sem, contudo, chegar a recebê-la, caracteriza, em tese,

(A) tentativa de corrupção passiva.

(B) concussão consumada.

(C) corrupção ativa consumada.

(D) tentativa de concussão.

(E) corrupção passiva consumada.

58. O Banco Central requer a participação como assistente do Ministério Público em processo por crime contra o Sistema Financeiro Nacional. O juiz

(A) pode deferir o pedido porque, em relação a esse tipo de crime, é admitida a participação do Banco Central como assistente, quando houver sido cometido na órbita de atividade sujeita à sua disciplina e fiscalização.

(B) não pode deferir o pedido porque, no processo penal, só é admitida a participação de ofendido, de seu representante legal ou de seus sucessores como assistentes do Ministério Público.

(C) não pode deferir o pedido porque, embora se admita no processo penal a participação de assistente além das hipóteses de ofendido, de seu representante legal ou de seus sucessores, ela só é aceita em casos de interesses difusos e coletivos.

(D) pode deferir o pedido porque, no Código de Processo Penal, é admitida, expressamente, a participação como assistente de quaisquer entidades ligadas ao sistema financeiro nacional, aí se incluindo o Banco Central.

(E) não pode deferir o pedido porque, em relação a esse tipo de crime, só é admitida a participação como assistente da Comissão de Valores Mobiliários, quando houver sido cometido no âmbito de atividade sujeita à disciplina e fiscalização dessa Autarquia.

<p>59. Em matéria relativa à influência do julgado penal na área cível, é INCORRETO afirmar que</p> <p>(A) faz coisa julgada no cível a sentença que reconhecer ter sido o ato praticado em exercício regular de direito.</p> <p>(B) não obstante a sentença absolutória no juízo criminal, a ação civil poderá ser proposta quando não tiver sido, categoricamente, reconhecida a inexistência material do fato.</p> <p>(C) não impede a propositura da ação civil a decisão que julga extinta a punibilidade.</p> <p>(D) transitada em julgado a sentença condenatória, poderão promover-lhe a execução, no juízo cível, para efeito de reparação do dano, o ofendido, seu representante legal ou seus herdeiros.</p> <p>(E) impede a propositura da ação civil a sentença absolutória que decidir que o fato imputado não constitui crime.</p>	<p>62. Conforme estabelece a Lei 9.613, de 3 de março de 1998 (Lei de Lavagem de Dinheiro),</p> <p>(A) os crimes disciplinados na Lei são insuscetíveis de fiança e liberdade provisória.</p> <p>(B) o processo e o julgamento dos crimes previstos na Lei dependem do processo e julgamento dos crimes antecedentes e que servem para caracterizá-los.</p> <p>(C) o processo e o julgamento dos crimes previstos na Lei são sempre da competência da Justiça Federal.</p> <p>(D) o processo e o julgamento dos crimes previstos na Lei obedecerão o procedimento especial dos crimes contra o sistema financeiro nacional estabelecido no Código de Processo Penal.</p> <p>(E) em caso de sentença condenatória, não se admitirá apelação em liberdade.</p>
<p>60. A Justiça competente para julgar crime de furto cometido por particular de bem de propriedade do Banco Central é</p> <p>(A) a Justiça Estadual porque o agente é particular e, conforme a Constituição Federal, para ser da competência da Justiça Federal, o crime deveria ser cometido por funcionário público federal, em detrimento de bens de interesses da União ou de suas entidades autárquicas.</p> <p>(B) a Justiça Federal porque a vítima é autarquia federal, e, conforme a Constituição Federal, é da competência dessa Justiça os crimes praticados em detrimento de bens de entidades autárquicas federais.</p> <p>(C) a Justiça Estadual porque, embora a Constituição Federal estabeleça ser da competência da Justiça Federal os crimes praticados em detrimento de bens da União, não se refere a bens de entidades autárquicas federais.</p> <p>(D) a Justiça Federal porque a lei que define os crimes contra o sistema financeiro nacional atribui-lhe a competência para julgar crimes contra o Banco Central, ainda que praticados por particulares.</p> <p>(E) a Justiça Estadual ou a Justiça Federal na dependência da magnitude da lesão causada ao Banco Central, conforme prevê a Constituição Federal e a lei que define os crimes contra o sistema financeiro nacional.</p>	<p>63. Em relação ao seqüestro de bens previsto no Código de Processo Penal, assinale a afirmação correta.</p> <p>(A) Caberá o seqüestro dos bens imóveis, adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração, desde que ainda não tenham sido transferidos a terceiro.</p> <p>(B) Para a decretação do seqüestro de bens, bastará a existência de indícios suficientes, ainda que não veementes, da proveniência ilícita dos bens adquiridos pelo indiciado com os proventos da infração.</p> <p>(C) O juiz poderá ordenar o seqüestro em qualquer fase do processo, mas não antes de oferecida a denúncia ou queixa.</p> <p>(D) O seqüestro poderá ser embargado por terceiro, a quem os bens houverem sido transferidos a título oneroso, sob o fundamento de tê-los adquirido de boa-fé.</p> <p>(E) Poderá ser proferida sentença nos embargos ao seqüestro antes de passar em julgado a sentença condenatória.</p>
<p>61. A decisão que nega a restituição de coisa apreendida pode ser impugnada por</p> <p>(A) recurso em sentido estrito.</p> <p>(B) agravo de instrumento.</p> <p>(C) apelação.</p> <p>(D) correição parcial.</p> <p>(E) <i>habeas corpus</i>.</p>	<p>64. No processo penal,</p> <p>(A) a produção de prova depende de pedido das partes e a avaliação da prova produzida é, em regra, feita pelo sistema da convicção íntima do juiz.</p> <p>(B) a produção de prova pode ser feita de ofício pelo juiz e a avaliação da prova produzida é, em regra, feita pelo sistema da prova legal.</p> <p>(C) a produção de prova ilícita, conforme expressa previsão constitucional, contamina toda a prova que dela é derivada.</p> <p>(D) a obtenção de prova por meios ilícitos é inadmissível, em regra, pois será possível a utilização como prova de interceptação telefônica feita sem autorização do juiz nos crimes hediondos e de lavagem de dinheiro.</p> <p>(E) a avaliação da prova, nos processos de júri, constitui resquício do sistema da íntima convicção, e, no tocante à produção da prova, quanto ao estado das pessoas, serão observadas as restrições à prova estabelecidas na lei civil.</p>

<p>65. A ação penal privada subsidiária da pública</p> <p>(A) é prevista no Código de Processo Penal e é regida pelos mesmos princípios das demais espécies de ação penal privada, e, por isso, nela se admite a retratação e o perdão.</p> <p>(B) é prevista na Constituição Federal e é regida pelos princípios da ação penal pública, e, por isso, nela se admite a desistência do processo pelo Ministério Público em caso de desídia do querelante.</p> <p>(C) é espécie de ação penal privada prevista no Código de Processo Penal e na Constituição Federal em que se admite acusação privada em crime de ação pública, se o Ministério Público deixa de acusar no prazo legal.</p> <p>(D) é espécie de ação penal privada prevista somente no Código de Processo Penal e não na Constituição Federal em que se admite acusação privada em ação pública, se o Ministério Público requerer arquivamento do inquérito policial.</p> <p>(E) não é prevista no Código de Processo Penal ou na Constituição Federal, mas tem sido admitida pela jurisprudência para superar a inércia do Ministério Público em oferecer acusação em crimes de ação pública.</p>	<p>68. Ocorrendo conflito negativo de competência, para as medidas urgentes</p> <p>(A) será competente o Juiz que houver primeiramente despachado no processo.</p> <p>(B) será competente apenas o relator, que as decidirá monocraticamente.</p> <p>(C) será competente o Juiz suscitante.</p> <p>(D) poderá o relator designar um dos Juizes para decidir.</p> <p>(E) será competente, alternadamente, o Juiz suscitante e o suscitado.</p>
<p style="text-align: center;">DIREITO PROCESSUAL CIVIL</p> <p>66. O princípio da inércia da jurisdição significa que</p> <p>(A) nenhum Juiz prestará a tutela jurisdicional senão quando a parte ou o interessado a requerer, nos casos e forma legais.</p> <p>(B) todos os atos processuais dependem de preparo.</p> <p>(C) a lei processual só admite a submissão da sentença ao duplo grau de jurisdição, se houver recurso voluntário da parte.</p> <p>(D) o Juiz não determinará a emenda da petição inicial, salvo se o réu arguir sua inépcia.</p> <p>(E) ao Juiz é vedado impulsionar o processo, cabendo somente à parte requerer o que entender necessário.</p>	<p>69. Por exceção devem-se arguir a</p> <p>(A) incompetência absoluta, a suspeição e o impedimento do Juiz.</p> <p>(B) incompetência absoluta e a incompetência relativa.</p> <p>(C) conexão, a continência e a incompetência relativa.</p> <p>(D) coisa julgada e a litispendência.</p> <p>(E) incompetência relativa, a suspeição e o impedimento do Juiz.</p>
<p>67. Compete à autoridade judiciária brasileira, com exclusão de qualquer outra,</p> <p>(A) se o réu, qualquer que seja a sua nacionalidade, estiver domiciliado no Brasil.</p> <p>(B) conhecer de ações relativas a imóveis situados no Brasil ou de coisas móveis que se encontrarem no Brasil.</p> <p>(C) proceder o inventário e partilha de bens situados no Brasil, ainda que o autor da herança seja estrangeiro e tenha residido fora do território nacional.</p> <p>(D) julgar as ações relativas às obrigações que devam ser cumpridas no Brasil.</p> <p>(E) se a ação se originar de fato ocorrido ou de ato praticado no Brasil.</p>	<p>70. Há substituição processual quando</p> <p>(A) o advogado representa a parte no processo.</p> <p>(B) autorizado por lei, terceiro pleitear em nome próprio direito alheio.</p> <p>(C) terceiro pleitear em nome próprio e em nome alheio direitos que são comuns, independentemente de autorização legal.</p> <p>(D) a parte não necessitar de advogado para postular em Juízo.</p> <p>(E) autorizado por lei, terceiro pleitear em nome alheio os direitos que este não postular, prejudicando seus credores.</p> <p>71. São elementos que identificam a ação</p> <p>(A) o mesmo Juiz, as mesmas partes, a mesma causa de pedir e o mesmo pedido.</p> <p>(B) somente a causa de pedir e o pedido.</p> <p>(C) as partes, a causa de pedir e o pedido.</p> <p>(D) somente as partes e o pedido.</p> <p>(E) o nome que o autor der à ação, as mesmas partes e o mesmo pedido.</p> <p>72. Existindo convenção de arbitragem, o Juiz</p> <p>(A) extinguirá o processo com apreciação do mérito.</p> <p>(B) suspenderá o processo até que o árbitro apresente seu laudo.</p> <p>(C) de ofício, poderá extinguir o processo sem apreciação do mérito.</p> <p>(D) se alegada pelo réu, extinguirá o processo sem apreciação do mérito.</p> <p>(E) transformará o processo judicial em arbitragem, nomeando árbitro para dirimir o litígio.</p>

<p>73. Verifica-se a assistência litisconsorcial quando</p> <p>(A) o assistido for absoluta ou relativamente incapaz.</p> <p>(B) o pedido de assistência não for impugnado pelo assistido, nem pelo adversário deste.</p> <p>(C) o interesse do assistente for meramente de fato e não jurídico.</p> <p>(D) a ação for meramente declaratória.</p> <p>(E) a sentença houver de influir na relação entre o assistente e o adversário do assistido.</p>	<p>76. Interposta apelação de sentença que julgou extinto o processo sem apreciação do mérito,</p> <p>(A) o provimento da apelação tem de necessariamente limitar-se à anulação da sentença.</p> <p>(B) o Tribunal necessariamente terá de julgar o mérito, por aplicação do princípio da economia processual.</p> <p>(C) o Tribunal pode julgar desde logo o mérito, se a causa versar questão exclusivamente de direito e estiver em condições de imediato julgamento.</p> <p>(D) não será conhecida, porque a hipótese é de interposição de agravo.</p> <p>(E) somente será conhecida se o apelante também reiterar a defesa de mérito.</p>
<p>74. Considere as seguintes afirmações:</p> <p>I. Havendo litisconsórcio necessário o Juiz ordenará ao autor que promova a citação de todos os litisconsortes no prazo que assinar, sob pena de declarar extinto o processo.</p> <p>II. Será unitário o litisconsórcio necessário quando o Juiz tiver de decidir a lide de modo uniforme para todas as partes.</p> <p>III. Não pode o Juiz limitar o litisconsórcio facultativo quanto ao número de litigantes.</p> <p>IV. Os litisconsortes só poderão promover o andamento do processo em conjunto, sendo vedados os atos isolados.</p> <p>V. Salvo disposição em contrário, os litisconsortes serão considerados em suas relações com a parte adversa como litigantes distintos, de modo que o reconhecimento da prescrição ou da decadência em relação a um não impõe a mesma solução em relação aos demais.</p> <p>Sobre o litisconsórcio são corretas</p> <p>(A) I, II e V.</p> <p>(B) II, IV e V.</p> <p>(C) III, IV e V.</p> <p>(D) I, III e IV.</p> <p>(E) II, IV e V.</p>	<p>77. Na audiência observar-se-á o seguinte:</p> <p>I. O Juiz inquirirá as testemunhas separada e sucessivamente, primeiro as do réu e depois as do autor.</p> <p>II. O Juiz exercerá o poder de polícia, ordenando que se retirem da sala os que se comportarem inconvenientemente.</p> <p>III. O perito e os assistentes técnicos responderão aos quesitos de esclarecimento que os advogados formularem durante a audiência.</p> <p>IV. O depoimento pessoal do autor será tomado antes do depoimento pessoal do réu.</p> <p>São corretas</p> <p>(A) I e II.</p> <p>(B) I e IV.</p> <p>(C) II e III.</p> <p>(D) II e IV.</p> <p>(E) III e IV.</p>
<p>75. A citação NÃO poderá ser feita pelo correio</p> <p>(A) se a pessoa física ré não for residente na comarca em que o processo se acha em curso.</p> <p>(B) quando for ré pessoa jurídica de direito público.</p> <p>(C) no procedimento sumário.</p> <p>(D) se o autor não a requerer expressamente.</p> <p>(E) se o réu for pessoa jurídica sem estabelecimento na comarca em que o processo se acha em curso.</p>	<p>78. Faz coisa julgada</p> <p>(A) a resolução de questão prejudicial, se a parte o requerer, na modalidade de ação declaratória incidental, e se o Juiz for competente em razão da matéria e constituir pressuposto necessário para o julgamento da lide.</p> <p>(B) qualquer motivo importante que a sentença reconhecer para determinar o alcance da parte dispositiva da sentença.</p> <p>(C) a verdade dos fatos, estabelecida como fundamento da sentença.</p> <p>(D) tudo o que ficar exposto no relatório da sentença.</p> <p>(E) a fundamentação da sentença, ainda que contraditória com a parte dispositiva.</p>

<p>79. O prazo para oposição de Embargos do Devedor na execução fiscal é de</p> <p>(A) trinta (30) dias, contado da intimação da penhora.</p> <p>(B) trinta (30) dias, contado da juntada do mandado de intimação da penhora devidamente cumprido.</p> <p>(C) dez (10) dias, contado do depósito.</p> <p>(D) dez (10) dias, contado da juntada da prova da fiança bancária.</p> <p>(E) quinze (15) dias, contado da citação.</p>	<p>83. Verificada alteração contratual por iniciativa da empresa, com a concordância expressa do empregado, mas que afinal mostre-se prejudicial a este último, é a mesma considerada</p> <p>(A) lícita em qualquer caso, porque fruto de concordância expressa.</p> <p>(B) ilícita apenas se resultar diretamente prejuízo ao empregado, ainda que seja fruto de mútuo consentimento.</p> <p>(C) lícita somente no caso de empregado ocupante de cargo de chefia, ainda que resulte em prejuízo indireto ao empregado.</p> <p>(D) ilícita sempre que resultar direta ou indiretamente prejuízo ao empregado, ainda que seja fruto de mútuo consentimento.</p> <p>(E) lícita desde que o empregador noticie o fato à Delegacia Regional do Trabalho ou ao sindicato profissional, porque fruto de concordância expressa.</p>
<p>80. Em ação de Mandado de Segurança</p> <p>(A) da sentença que denegar a ordem, por não se verificar direito líquido e certo, cabe Agravo de Instrumento.</p> <p>(B) a apelação da sentença que conceder a ordem será recebida nos efeitos suspensivo e devolutivo.</p> <p>(C) revogada a liminar na sentença que denegar a ordem, a revogação só produzirá efeitos se, interposta Apelação, for improvida.</p> <p>(D) não são admissíveis Embargos de Declaração.</p> <p>(E) não cabem Embargos Infringentes do acórdão que, por maioria, der provimento à Apelação.</p>	<p>84. O trabalho prestado em domingos e feriados, não compensado, deve ser pago</p> <p>(A) de forma simples, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.</p> <p>(B) em dobro, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal.</p> <p>(C) de forma simples, já computado o valor relativo ao repouso semanal.</p> <p>(D) em dobro, já computado o valor relativo ao repouso semanal.</p> <p>(E) de forma simples, sem prejuízo da remuneração relativa ao repouso semanal, salvo ajuste diverso através de convenção ou acordo coletivo de trabalho.</p>
<p>DIREITO DO TRABALHO E PROCESSUAL DO TRABALHO</p> <p>81. É correto afirmar, à luz da CLT, que existe contrato de trabalho</p> <p>(A) desde que presentes os requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT, e se as partes não ajustarem outro tipo de relação jurídica.</p> <p>(B) somente se presentes os requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT e mediante a celebração de contrato de trabalho escrito.</p> <p>(C) se presentes os requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT, mesmo que as partes ajustem outro tipo de relação jurídica.</p> <p>(D) somente se presentes os requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT e mediante a celebração de contrato de trabalho escrito ou verbal.</p> <p>(E) somente se presentes os requisitos dos artigos 2º e 3º da CLT e mediante a celebração de contrato de trabalho escrito, verbal ou tácito.</p>	<p>85. A empregada gestante tem assegurado legalmente</p> <p>(A) o direito de não ser despedida arbitrariamente ou sem justa causa, desde a confirmação da gravidez e até cinco meses após o parto.</p> <p>(B) o recebimento dos salários do período, desde a confirmação da gravidez e até o parto.</p> <p>(C) o recebimento dos salários do período, desde a confirmação da gravidez e até cinco meses após o parto.</p> <p>(D) só direito ao recebimento do salário maternidade, salvo garantia em norma coletiva.</p> <p>(E) o direito de não ser despedida com ou sem justa causa, desde a confirmação da gravidez e até cinco meses após o parto.</p>
<p>82. A prestação de serviços a mais de uma empresa do mesmo grupo econômico, durante a mesma jornada de trabalho,</p> <p>(A) pode caracterizar vários contratos de trabalho, desde que não haja ajuste em contrário.</p> <p>(B) caracteriza mais de um contrato de trabalho, até o limite de doze horas de trabalho diário.</p> <p>(C) caracteriza mais de um contrato de trabalho, até o limite de oito horas de trabalho diário.</p> <p>(D) não caracteriza mais de um contrato de trabalho, em qualquer hipótese.</p> <p>(E) não caracteriza mais de um contrato de trabalho, salvo ajuste em contrário.</p>	

<p>86. Durante determinada greve a empresa constata que seu estoque de produtos está prestes a terminar, trazendo-lhe prejuízos. Pretende por este fato despedir empregados grevistas e contratar trabalhadores substitutos. É lícito afirmar que</p> <p>(A) não poderá fazê-lo, em hipótese alguma, diante da garantia constitucional do exercício do direito de greve.</p> <p>(B) poderá despedir no caso dos empregados recusarem-se a manter equipe que assegure serviços cuja paralisação resulte em prejuízo irreparável, desrespeito à lei de greve, ou manutenção da greve após celebração de acordo, convenção coletiva ou decisão da Justiça do Trabalho.</p> <p>(C) não poderá fazê-lo, salvo comunicação escrita ao sindicato da categoria ou ao Ministério do Trabalho e Emprego.</p> <p>(D) poderá despedir somente os empregados que comprovadamente tenham liderado o movimento grevista, nos termos do artigo 482, “h”, da CLT.</p> <p>(E) não poderá despedir empregados devendo, mesmo na hipótese de justa causa, e pelo prazo de trinta dias após a cessação do movimento, ajuizar inquérito judicial para apuração de falta grave.</p>	<p>89. A Administração do sindicato será exercida por uma diretoria e um conselho fiscal, cujo número de integrantes</p> <p>(A) é fixado em lei, não obstante o artigo 8º da Constituição Federal.</p> <p>(B) não pode ser limitado por lei, tendo em conta o artigo 8º da Constituição Federal.</p> <p>(C) é fixado pela assembléia sindical, porque revogado o limite legal imposto, pelo artigo 8º da Constituição Federal.</p> <p>(D) é fixado pela diretoria do sindicato profissional, com autorização expressa do Ministério do Trabalho e Emprego, dada a revogação, pelo artigo 8º da Constituição Federal, do limite legal imposto.</p> <p>(E) não tem previsão legal expressa, competindo aos interessados sua fixação por norma estatutária devidamente registrada no Ministério do Trabalho e Emprego.</p>
<p>87. Os sindicatos profissional e patronal de determinada categoria celebraram convenção coletiva pelo período de fevereiro de 2005 até janeiro de 2006. No mês de outubro de 2005 o sindicato profissional celebra um acordo coletivo com uma das empresas desta categoria. Há conflito entre uma cláusula da convenção coletiva e uma cláusula do acordo coletivo. É correto afirmar que prevalece a cláusula</p> <p>(A) do acordo coletivo para a empresa e seus empregados, independentemente de seu conteúdo, por ser específica para os mesmos.</p> <p>(B) da convenção coletiva, independentemente de seu conteúdo, por ser de aplicação obrigatória a toda a categoria.</p> <p>(C) do acordo coletivo para a empresa e seus empregados, independentemente de seu conteúdo, por ser superveniente à convenção coletiva.</p> <p>(D) da convenção coletiva, se mais benéfica aos trabalhadores, comparativamente à cláusula do acordo coletivo.</p> <p>(E) do acordo coletivo pois a celebração posterior de acordo por deliberação de assembléia significa recusa à convenção coletiva da categoria.</p>	<p>90. Após a Emenda Constitucional nº 45/04 a competência para conhecer e decidir ações judiciais de indenização por dano moral e patrimonial, movidas contra o empregador, decorrentes de acidentes de trabalho e executivos fiscais movidos pela União contra empregador, em decorrência de autuações pela fiscalização do trabalho, são da competência da</p> <p>(A) Justiça Estadual e Justiça Federal.</p> <p>(B) Justiça Federal.</p> <p>(C) Justiça do Trabalho.</p> <p>(D) Justiça do Trabalho e Justiça Federal.</p> <p>(E) Justiça Estadual e Justiça do Trabalho.</p>
<p>88. Convenção coletiva de trabalho, acordo coletivo de trabalho e acordo em dissídio coletivo de trabalho, são, respectivamente, formas de solução</p> <p>(A) autônomas e heterônoma de conflitos coletivos de trabalho.</p> <p>(B) autônomas de conflitos coletivos de trabalho.</p> <p>(C) autônoma e heterônomas de conflitos coletivos de trabalho.</p> <p>(D) heterônomas de conflitos coletivos de trabalho.</p> <p>(E) autônoma, heterônoma e de autodefesa de conflitos coletivos de trabalho.</p>	<p>91. O agravo de instrumento no processo do trabalho é</p> <p>(A) cabível de decisões interlocutórias que possam causar gravame à parte.</p> <p>(B) cabível de decisões interlocutórias apenas que possam causar sério gravame à parte.</p> <p>(C) incabível de quaisquer decisões interlocutórias.</p> <p>(D) cabível somente das decisões que denegam a interposição de recurso.</p> <p>(E) incabível das decisões interlocutórias na fase de conhecimento e cabível na fase de execução de sentença de decisão que causa sério gravame à parte.</p>

92. Os prazos no processo do trabalho, como regra geral, contam-se
- (A) da data da publicação do ato processual no jornal oficial.
 - (B) da ciência pessoal da notificação, da publicação no jornal oficial ou no que publicar o expediente da Justiça do Trabalho, ou do dia em que for afixado o edital na sede do juízo, conforme o caso.
 - (C) da juntada do mandado de citação aos autos pelo Oficial de Justiça.
 - (D) a partir de quarenta e oito horas depois da ciência real ou presumida, em qualquer caso.
 - (E) a partir de quarenta e oito horas da ciência pessoal da notificação ou da publicação no jornal oficial ou no que publicar o expediente da Justiça do Trabalho, ou a partir de quarenta e oito horas a contar do dia em que for afixado o edital na sede do juízo.

93. Após o advento da Emenda Constitucional nº 45/04, ocorrendo violação a direito líquido e certo do empregador, por ato do Delegado Regional do Trabalho, em matéria de disciplina de horário de trabalho, o mandado de segurança e eventual recurso cabível de decisão desfavorável, serão da competência do
- (A) juiz federal comum e do Tribunal Regional Federal.
 - (B) Tribunal Regional Federal e do Superior Tribunal de Justiça.
 - (C) juiz do trabalho e do Tribunal Regional do Trabalho.
 - (D) Tribunal Regional do Trabalho e do Tribunal Superior do Trabalho.
 - (E) juiz federal comum e do Tribunal Regional do Trabalho.

94. A sentença de liquidação no processo do trabalho pode ser revista quer pelo exeqüente, quer pelo executado
- (A) por agravo de petição, no prazo de oito dias da ciência real ou presumida.
 - (B) por impugnação, no prazo de oito dias dos embargos à execução, após a garantia do juízo.
 - (C) por embargos à execução, no prazo de oito dias da garantia do juízo.
 - (D) por embargos à execução se versar matéria de fato, ou por agravo de petição, se versar matéria de direito, no prazo respectivo de cinco ou oito dias, a contar da garantia do juízo.
 - (E) somente nos embargos à penhora, no prazo de cinco dias, a contar da garantia do juízo.

95. Havendo omissão da CLT sobre determinada questão processual, na fase de conhecimento e na fase de execução no processo do trabalho, a fonte legal subsidiária a se aplicar, respectivamente, será
- (A) Código de Processo Civil e Lei que regula os processos dos executivos fiscais para cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal.
 - (B) Código Tributário Nacional e Código de Processo Civil.
 - (C) Código de Processo Civil e Código Tributário Nacional.
 - (D) Código Civil e Código de Processo Civil.
 - (E) Lei que regula o processo dos executivos para cobrança judicial da dívida ativa da Fazenda Pública Federal e Código de Processo Civil.